



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 39ª
(TRIGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
12 DE MAIO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Cumprimento todos os servidores e servidoras do GDF, do Estado, do nosso querido Distrito Federal, pela presença marcante aqui. Sejam todos bem-vindos. Com certeza, vamos brigar pelo pleito de vocês.

Saúdo o Deputado Chico Leite, o Deputado Milton Barbosa, o Deputado Batista das Cooperativas, a Deputada Eurides Brito, o Deputado Rôney Nemer, todos os Deputados. Estaremos aqui hoje empenhados em aprovar o projeto dos servidores.

Convido todos os Deputados e Deputadas que estão nas dependências da Casa a se dirigirem ao plenário porque o povo clama por S.Exas.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa., Deputado Chico Leite, futuro Senador da República.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela torcida, pela generosidade, pelas orações de V.Exa.

Preciso dizer a V.Exa. que urge essa aprovação do plano de saúde dos servidores. É urgente. Quem não valoriza o servidor e a servidora não valoriza o serviço público e, portanto, não valoriza o usuário desse serviço, que é toda a sociedade. Não é possível que passemos de hoje. Não é o plano ideal. Houve a construção de um substitutivo com as categorias, com as entidades, com os Parlamentares, com a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores. Nós precisamos votá-lo hoje. E aí, no processo, faremos as moldagens necessárias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

O Deputado Milton Barbosa, servidor como eu, e o Deputado Rôney Nemer, que também é servidor, sabem da importância desse plano para os servidores e as servidoras.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, venho corroborar as palavras do Deputado Chico Leite e dizer que não uso o plano de saúde desta Casa, a Câmara Legislativa. Sou do Governo do Distrito Federal, concursado, e tenho também interesse, como todos que aqui estão, até porque nós, servidores públicos, nunca tivemos um plano de saúde. Nós temos de ir à rede de saúde do Distrito Federal e sabemos o caos em que ela vive. Todo mundo tem um plano de saúde, toda empresa faz um. Há funcionários públicos que já o têm: os da BRASILIATUR, os da NOVACAP, os da Polícia Civil, os da Câmara Legislativa. Eu não uso o daqui até porque não sei por quanto tempo ficarei aqui. Eu pago a minha Golden Cross por fora e acredito que boa parte dos funcionários faz isso.

Então, é preciso que haja um interesse desta Casa, e eu sei que há. Mas é preciso que os Parlamentares se conscientizem e venham aqui para, efetivamente, aprovar esse plano, que vai beneficiar as famílias de todos os servidores e, conseqüentemente, dar a eles melhores condições de trabalho.

Obrigado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós haveremos de corroborar sempre com as palavras voltadas à votação e aprovação deste plano, que haverá de começar hoje. Não há motivo algum para que não estejamos hoje aqui. Nós estamos para votar esse plano, que é importante para os servidores que não o têm. Como falou o Deputado Rôney Nemer, várias categorias têm plano de saúde, mas a maioria esmagadora dos servidores públicos do Distrito Federal não tem, e é preciso votarmos o plano para beneficiar os servidores que tanto precisam.

Fomos eleitos pelos senhores, fomos aqui colocados, os 24 Deputados, para dar resposta às questões relativas a cada categoria funcional. E os servidores públicos – somos oriundos do serviço público – merecem tudo porque são eles que dão vida à administração pública. Portanto, esta Casa não dará outra resposta a não ser começar a votar este plano hoje.

Parabéns a todos que aqui vieram. Esta é a forma mais legítima de pressão que existe. Vamos pressionar para que todos venham aqui votar o plano.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 83, de 14/5/2009, juntamente com a ata sucinta da 39ª Sessão Ordinária.)

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 37ª Sessão Ordinária;

- Ata da 38ª Sessão Ordinária, transformada em Comissão Geral para discutir as festividades de comemoração dos 50 anos da inauguração de Brasília.

Pergunto ao Plenário se há acordo para abrimos mão dos pronunciamentos dos Comunicados de Líderes, bem como dos Comunicados de Parlamentares, e da votação da pauta, que está trancada, para irmos direto à votação do projeto do plano de saúde dos servidores. Já há Deputados suficientes na Casa. Se eu pedir que venham ao plenário, haverá número suficiente.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, por diversas vezes pedimos — e não nos cansaremos enquanto o objetivo não for alcançado —, e pediremos novamente, a inversão da pauta para que possamos analisar e votar o projeto do plano de saúde dos servidores. Essa é uma questão de honra para nós, porque resultou de um acordo já trabalhado. Misteriosamente, na semana passada, não conseguimos votá-lo. Hoje, não há por que não votá-lo, Sr. Presidente. Eu pediria a V.Exa. que fizesse uma inversão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

pauta para que ele seja o primeiro projeto a ser votado, antes que apresentemos outros. Após a sua votação, terei outros pedidos de inversão de pauta, mas que não apresentarei agora, porque, para mim, é fundamental o plano de saúde.

Concordo plenamente com a sugestão de V.Exa. de abirmos mão dos discursos, sejam os de Liderança, sejam os de Parlamentares. Eu, na qualidade de Líder de Governo, abro mão. Acho que nosso dever, hoje, é votar, votar e votar o plano de saúde. Ainda lembro que havia acordo de Lideranças para que os relatórios fossem feitos aqui em plenário. Pessoalmente, consultei o Deputado Paulo Tadeu, que preside a Comissão de Assuntos Sociais, se S. Exa. concordaria com isso. S.Exa. concordou e continua concordando. Consultei o Deputado Cristiano Araújo, à mesma época, se concordaria que votássemos aqui. S.Exa. também concordou. Para mim, depois, foi uma surpresa o processo estar na mão de outro relator, que talvez não tenha sido avisado. Contudo, temos alternativas regimentais, caso o relator não esteja presente, mas não podemos deixar de votar esse projeto hoje, sob pena de desmoralização da Casa ou, pior, de que comecem a duvidar da nossa verdadeira intenção quanto ao plano de saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência precisa ouvir a manifestação dos demais Líderes antes de acatar a solicitação de V.Exa.

De antemão, no exercício da Presidência, informo que o primeiro item a ser apreciado será o referente ao plano de saúde.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do PDT, concordo com a questão exposta e com a apreciação, como primeiro item de pauta, do plano de saúde.

Quero adiantar meu voto, informando que votarei favoravelmente à matéria. Quero também dizer que, pela Liderança do PDT, não há óbice para a apreciação da matéria na tarde de hoje, nos dois turnos; e que não haja, portanto, o interstício regimental para apreciação em segundo turno. Pela Liderança do PDT, não vejo problema algum na apreciação da matéria nos dois turnos na tarde de hoje.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, digo que estivemos aqui, semana passada, todos os dias, para efetivarmos a votação do plano de saúde. Nós temos o absoluto entendimento de que esta Casa não pode deixar de aprovar esse plano no dia de hoje.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Os servidores e as servidoras do Distrito Federal esperam, há mais de três anos, pelo plano de saúde, porque esta Casa aprovou uma lei que passou a vigorar em março de 2006. São mais de três anos com um instituto que já consumiu dos cofres públicos mais de 5 milhões, e os servidores estão até hoje sem plano de saúde.

Portanto, Sr. Presidente, nós abrimos mão de usar a palavra nos Comunicados de Líderes e nos Comunicados de Parlamentares. Temos absoluto acordo, como aqui já foi dito, quanto a apreciarmos os pareceres das comissões em plenário, para efetivarmos a votação do primeiro e do segundo turnos no dia de hoje.

Entretanto, Sr. Presidente, para que isso aconteça, é preciso que haja *quorum*. Por isso, chamo os Parlamentares a virem ao plenário para que possamos dar início à apreciação do plano de saúde. Se há Parlamentares que têm divergências, que venham e façam a discussão em plenário para que possamos dirimir as dúvidas, se houver. Solicito, portanto, que seja feita a chamada dos Parlamentares para que os mesmos estejam aqui, porque terça, quarta e quinta da semana passada, estivemos aqui, o Partido dos Trabalhadores, e não houve *quorum* para procedermos à votação.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu agradeço a presença dos membros do Partido dos Trabalhadores. O projeto foi construído conjuntamente. Também contamos com a presença de Deputados de vários partidos, mas, lamentavelmente, houve uns poucos ausentes, porém o suficiente para prejudicar a votação do projeto.

Se fizéssemos a chamada nominal gradativamente, daria tempo para os assessores ligarem para alguns Deputados e para nós nos comunicarmos com aqueles que ainda não chegaram à Casa. Aqui é o debate. Quem tiver alguma idéia contrária que a traga, porque o local do debate realmente é este.

Esse substitutivo – como bem sabem a Deputada Erika Kokay, o Deputado Reguffe, o Deputado Rôney Nemer, o Deputado Milton Barbosa e V.Exa. também, Sr. Presidente – foi resultado de uma construção coletiva, com a participação dos representantes de quase todos os Deputados. O Deputado Cláudio Abrantes e tantos outros contribuíram para que saísse esse substitutivo. Raramente um assunto dessa natureza chega à Casa como sendo praticamente uma unanimidade. Não há por que não votarmos.

Solicito a V.Exa. que faça a chamada nominal dos presentes, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A pauta está trancada pelos vetos. Os Deputados abriram mão da palavra nos Comunicados de Líderes e de Parlamentares.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Não havendo inscritos, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Não havendo inscritos, solicito aos Srs. Deputados que se dirijam ao plenário para que possamos dar início às votações.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda a chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	7



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 12/05/2009

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

15:40h

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AYLTON GOMES - PMN		X	
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X		
BENEDITO DOMINGOS - PP	X		
BENÍCIO TAVARES - PMDB		X	
BISPO RENATO - PR		X	
BRUNELLI - DEM		X	
CABO PATRÍCIO - PT		X	
CHICO LEITE - PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X		
CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X		
DOUTOR CHARLES - PTB		X	
ÉRIKA KOKAY - PT	X		
EURIDES BRITO - PMDB	X		
GERALDO NAVES - DEM	X		
JAQUELINE RORIZ - PSDB	X		
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO TADEU - PT	X		
RAAD MASSOUH - DEM		X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X		
REGUFFE - PDT	X		
ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X	
RÔNEY NEMER - PMDB	X		
WILSON LIMA - PR	X		
LEONARDO PRUDENTE - DEM	X		
TOTAL	16	08	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se a minha matemática ainda carrega alguma exatidão, há *quorum* regimental. Sendo assim, solicito que se chamem, imediatamente, as comissões pertinentes, para oferecerem seus pareceres a fim de que possamos apreciar e votar o plano de saúde.

Portanto, havendo *quorum* regimental, vamos dar início aos trabalhos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O processo original chegou aqui à mesa.

Esta Presidência informa a todos a presença do Deputado Batista das Cooperativas, bem como a do Deputado Bispo Renato e a do Deputado Rogério Ulysses.

Item nº 29:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.200, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Distrito Federal a contratar Plano de Assistência Suplementar à Saúde dos Servidores do Distrito Federal na modalidade que especifica, e dá outras providências”.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Lembro que há um substitutivo ao projeto e uma subemenda ao substitutivo.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.200, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Distrito Federal a contratar Plano de Assistência Suplementar à Saúde dos Servidores do Distrito Federal na modalidade que especifica, e dá outras providências”.

O parecer será dado ao substitutivo. O projeto foi amplamente debatido com todos os servidores, com o Governo e com os Parlamentares até chegarmos a esse substitutivo. Acredito que o projeto encontra-se maduro para votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Esse substitutivo recebeu uma subemenda modificativa, de autoria de vários Deputados, que diz o seguinte: "Art. 1º Fica autorizado o Distrito Federal a implementar Plano Privado de Assistência à Saúde dos servidores civis e militares, ativos, inativos, aposentados e beneficiários de pensão da administração pública direta, autárquica e fundacional, por livre adesão, na forma de pré-pagamento administrado, mediante contratação ou credenciamento de operadoras de planos de assistência à saúde (...)"

Art. 2º O Plano Privado de Assistência à Saúde de que trata esta lei será custeado com recursos provenientes do Tesouro do Distrito Federal e da contribuição dos servidores civis e militares, ativos, inativos, aposentados e beneficiários de pensão de administração (...)"

Somos pelo acatamento desta subemenda e pela admissibilidade do projeto na forma do substitutivo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência consulta se o parecer é pela admissibilidade do substitutivo e também da subemenda.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – A subemenda fica acatada na forma do substitutivo. Para ser mais claro, o substitutivo fica acatado e a subemenda também.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu queria fazer aqui uma proposta de encaminhamento: como o projeto passa por 3 comissões e depois irá para votação em primeiro turno, a sugestão é que façamos a discussão no primeiro turno. De acordo?

DEPUTADO AYLTON GOMES – Deixo para fazer a discussão no primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Quero saudar todos os amigos da galeria, os servidores e, de uma forma também especial, os moradores do Condomínio Estância Quintas da Alvorada, que hoje nos honram com as suas presenças. Após a votação do projeto, receberemos uma comissão de vocês aqui no cafezinho do plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	11



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PAULO TADEU

PARECER Nº /2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 1.200/2009, que Autoriza o Distrito Federal a contratar Plano de Assistência Suplementar à Saúde dos Servidores do Distrito Federal na modalidade que especifica, e dá outras providências.

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado Paulo Tadeu

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.200/2009 está estruturado em apenas cinco artigos, dois dos quais destinados às cláusulas de vigência e revogação.

O art. 1º autoriza o Distrito Federal a contratar plano privado de saúde privado, mediante licitação ou credenciamento, para os servidores públicos distritais, da administração direta e indireta.

O art. 2º, desdobrado em dois parágrafos, prevê o custeio do plano de saúde pelo Tesouro do Distrito Federal e pelas contribuições dos beneficiários, remetendo para o regulamento a “abrangência do Plano de Saúde” e proibindo o custeio de dependentes pelo Tesouro do DF.

No art. 3º, o Projeto autoriza a abertura de um crédito especial no valor de R\$ 25 milhões para custear as despesas decorrentes da Lei.

Em sua Mensagem, o Governador pede que o Projeto de Lei seja apreciado em regime de urgência e alega que já é tempo de possibilitar um plano de saúde suplementar aos servidores públicos do Distrito Federal.

Foi apresentado um substitutivo.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do que estabelece o art. 66, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre o mérito de matérias afetas aos servidores públicos do Distrito Federal. E o Projeto de Lei do Poder Executivo, por tratar de plano de saúde de interesse dos servidores públicos, enquadra-se nessa competência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	12



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PAULO TADEU

O plano de saúde para os servidores públicos do Distrito Federal é reivindicação antiga das diversas categorias, que ainda não foi atendida.

É certo que, em 2006, esta Casa aprovou a Lei nº 3.831, de 14 de março, criando o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal com a finalidade de proporcionar, sem fins lucrativos, aos seus beneficiários titulares e dependentes, em regime de autogestão, o Plano de Assistência Suplementar à Saúde, denominado GDF-SAÚDE-DF.

Apesar de a concepção do plano ser correta (autogestão) e de o detalhamento normativo central ter sido feito, o Poder Executivo não o tirou do papel, embora os 68 cargos em comissão tenham sido providos de imediato, a um custo anual de R\$ 3.009.364,81.

O Projeto de Lei sob exame, infelizmente, muda a concepção do plano de saúde de autogestão para tornar o Distrito Federal um grande cliente dos planos privados de saúde.

É uma mudança incompreensível e sem qualquer justificativa do GDF, especialmente porque o Projeto é silencioso quanto aos elementos essenciais de garantia jurídica de um plano de saúde para os servidores, e a Mensagem do Governador não traz dado algum que possa subsidiar uma tomada de posição mais séria por parte desta Casa.

Para tentarmos entender um pouquinho melhor o plano apresentado pelo Governo, temos de nos debruçar sobre outras fontes de dados.

A primeira delas é que o Governo não informa o número de servidores que pretende atingir, nem quanto do plano irá custear com recursos do Tesouro.

Em levantamentos feitos no *Diário Oficial do Distrito Federal*, constata-se que no Poder Executivo há os seguintes quantitativos de servidores:

Descrição	Quantidade
Ativos	111.191
Inativos e pensionistas	51.425
Comissionados	19.503
Total	182.119

Por outro lado, a previsão para folha de pagamento dos servidores, para o exercício de 2009, apresenta-se, nas peças orçamentárias, os valores abaixo:

Descrição	Valores anuais (R\$)
Pessoal GDF	4.839.639.310,00
FCDF	7.200.000.000,00
Total da folha 2009	12.039.639.310,00



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	13



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PAULO TADEU

Embora o Projeto de Lei seja omissivo sobre dados, é de se notar que os R\$ 25 milhões estimados para as despesas representa, em média, menos de R\$ 150,00 por servidor neste ano, o que é muito pouco.

Além disso, conforme já salientado, o Projeto de Lei do GDF não traz nenhuma definição que possa trazer segurança jurídica aos servidores que ingressarem no Plano. Nem mesmo as questões que haviam sido previamente acordadas com as categorias de servidores estão contempladas no Projeto de Lei.

Por isso, foi necessário que esta Casa refizesse o Projeto, por meio de um processo de negociação entre a Câmara Legislativa, o Governo e as diversas categorias de servidores públicos.

Os pontos acordados que passam a integrar o substitutivo são os seguintes:

1º) o Plano de Saúde a ser implementado será na forma de pré-pagamento administrado, mediante contratação ou credenciamento de planos de saúde devidamente registradas na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS;

2º) a adesão ao Plano será de livre escolha do servidor;

3º) explicitou-se que os servidores militares também poderão aderir ao Plano;

4º) o Plano de Saúde poderá ser estendido às empresas públicas e sociedades de economia mista custeadas com recursos do Tesouro, o que permitirá que os empregados da TCB e da NOVACAP possam também contar com um plano de saúde parcialmente financiado pelo Distrito Federal;

5º) assegura-se, até a data de vencimentos dos contratos, a manutenção dos benefícios e as condições dos planos de saúde em vigor e custeados com recursos do Tesouro do DF;

6º) estabeleceu-se que o desembolso mensal do Distrito Federal será no mínimo de:

a) R\$ 62,00 para cada beneficiário titular com até 58 anos;

b) e R\$ 162,00 para cada beneficiário titular com idade igual ou superior a 59 anos, trazendo para a lei um dos principais pontos acordados com os representantes dos trabalhadores;

7º) foi inserido no texto da lei que esses valores serão corrigidos no mesmo índice e na mesma data dos reajustes autorizados pela Agência Nacional de Saúde, se aplicados pela operadora contratada, o que assegura que o aumento dos valores do Plano não serão arcados somente pelo servidor, mas repartidos proporcionalmente com o Poder Executivo;

8º) com o objetivo de garantir que o processo de definição, execução, acompanhamento e avaliação do Plano seja democraticamente partilhado com os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	14



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PAULO TADEU

servidores, foi instituída comissão paritária permanente com essas atribuições, composta por 7 representantes do Poder Executivo e por 7 representantes dos servidores e empregados públicos indicados pelas entidades de representação sindical, suas federações, confederações e centrais, observando-se o rodízio anual;

9º) ficou ainda garantida a designação de um representante dos servidores na comissão especial de licitação que irá selecionar a empresa operadora do Plano de Saúde;

10º) com o objetivo de dar publicidade à gestão do Plano de Saúde, definiu-se que trimestralmente serão publicados no Diário Oficial do Distrito Federal e na página eletrônica do GDF as seguintes informações:

- a) número de servidores beneficiários, por faixa etária;
- b) valor e percentual da participação total do Distrito Federal no custeio do Plano;
- c) valor e percentual da contribuição total dos servidores;

11º) outorgou-se ao Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS a competência para credenciar e contratar as entidades operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde, e para administrar os respectivos contratos;

12º) definiu-se que os servidores que recebam gratificação, auxílio ou reembolso do Tesouro distrital para custeio de saúde não poderão participar do Plano de Saúde que está sendo instituído;

13º) finalmente, concedeu-se ao Poder Executivo o prazo máximo de 30 dias para que envie projeto de lei de abertura de crédito especial no valor de R\$ 25 milhões, para atender as despesas decorrente da criação do Plano de Saúde.

Essa é a configuração jurídica dada ao Projeto de Lei por meio do substitutivo, conseguido em acordo firmado nesta Casa, que contribui para dar maior segurança aos servidores e empregados públicos acerca da possibilidade real de implementação do Plano Privado de Assistência à Saúde dos Servidores do DF.

Não posso, porém, deixar de tecer outras considerações sobre a Proposta.

No mérito, entendo que o plano de saúde para o servidor atende, em parte, a uma antiga reivindicação dos servidores públicos do Distrito Federal.

E, neste momento, mais do que em qualquer outro, ter um plano de saúde é indispensável para qualquer cidadão, já que o atual Governo não consegue dar tratamento adequado à saúde pública do Distrito Federal. Ao contrário, temos assistido a um verdadeiro caos na gestão do atual Governo.

Não entendo, entretanto, porque deixarmos de lado um plano de autogestão para passar a saúde dos servidores para os planos privados, pois o atual Governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	15



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PAULO TADEU

vai submeter o Poder Público à lógica dos planos privados de saúde privados, que outra coisa não buscam senão o lucro para suas empresas. Basta vermos o noticiário para percebermos o quanto é problemática a relação desses planos não só com seus associados mas também com os médicos e com os hospitais.

Sabemos, também, que o custo de um plano de autogestão é muito menor do que o da intermediação de um plano privado. Estudos que me foram apresentados pelo Presidente da Associação dos Médicos de Hospitais Privados do DF demonstram que os planos de saúde privados são, em média, 26% mais caros do que os de autogestão.

E, como Vice-Presidente no biênio 2007/2008, resisti às investidas de fazer algo semelhante, passando os recursos do FASCAL para planos de saúde privados. No FASCAL, implementamos medidas de gestão pública e pudemos, ao final de dois anos, deixar o fundo com mais de cinco milhões de reais de superávit, contra o déficit crônico de vários anos anteriores.

Também fica difícil explicar o porquê de se manter a estrutura do INAS, com 68 servidores comissionados desde março de 2006 a um custo de mais de R\$ 3 milhões por ano, sendo que a administração do plano de saúde dos servidores ficará a cargo de empresas privadas.

Do ponto de vista da operacionalização do Plano, portanto, entendo que há equívoco no Projeto de Lei. Entretanto, como é imprescindível ao servidor um plano de saúde, e tendo o respaldo dos representantes das diversas categorias, concordo em votar favorável ao Projeto neste momento, mas teremos de lutar para que a gestão da saúde dos servidores seja feita pelo próprio Poder Público, com a participação dos servidores e com a inclusão dos seus dependentes como beneficiários do plano de saúde.

Assim, como tenho feito desde o meu primeiro mandato, disponho-me a trabalhar junto com os servidores públicos do DF para que tenhamos um plano de saúde gerido pelos trabalhadores, para os servidores e seus dependentes.

Por essas razões, e ressaltado o meu ponto de vista pessoal sobre a gerência do plano de saúde dos servidores, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.200/2009, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, na forma do **Substitutivo** anexo, apresentado por vários parlamentares, *EA SUBEMEN DA NUN*
02.

Brasília-DF, 30 de abril de 2009

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO PAULO TADEU
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	17



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº DE 2009

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **SUBSTITUTIVO** ao **PROJETO DE LEI Nº 1200/2009**, que autoriza o Distrito Federal a contratar Plano de Assistência Suplementar à Saúde dos Servidores do Distrito Federal na modalidade que especifica, e dá outras providências.

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado Rogério Ulysses

I – RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº 80/09, de 13 de abril de 2009, o Excelentíssimo Governador do Distrito Federal encaminhou a esta Casa o Projeto de Lei nº 1200/2009, que autoriza o Distrito Federal a contratar Plano de Assistência Suplementar à Saúde dos Servidores do Distrito Federal na modalidade que especifica, e dá outras providências

Segundo se depreende da referida Mensagem, o Projeto em questão tem a iniciativa de resgatar uma exigência histórica e legítima dos servidores do Distrito Federal que é a assistência suplementar à saúde.

A proposta considera que é necessário construir as bases para promoção do bem-estar e da qualidade de saúde dos seus servidores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	18



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Alega a Mensagem que a presente proposição é resultante de análise econômico-financeira, a curto, médio e longo prazo, das modalidades de prestação de serviços de saúde suplementar que apresentam produtos de mesma condição, com observância dos princípios de eficiência e eficácia.

Cabe registrar que foi apresentado, em Plenário, Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1200/2009, de autoria de vários deputados, que visa aprimorar a redação original do projeto de lei em tela e tem por objetivo garantir a segurança jurídica, a preservação dos direitos dos Funcionários Públicos do Distrito Federal conforme mandamento constitucional.

Por fim, solicita a esta Casa que a proposta seja apreciada em regime de urgência, na forma preconizada no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 63, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça analisar as proposições quanto aos aspectos constitucional, jurídico, legal, redacional, regimental e de técnica legislativa, emitindo parecer de caráter terminativo quanto aos três primeiros aspectos.

De acordo com o Substitutivo apresentado em Plenário, o projeto de Lei em exame trata da política do Plano de Assistência Suplementar à Saúde dos Servidores do Distrito Federal e tem por objetivo autorizar, especificamente, o Tesouro do Distrito Federal, no que diz respeito ao investimento de recursos de forma gradual, na medida em que forem sendo efetivadas as adesões dos servidores ao plano de saúde.

Dessa forma, ratificando o princípio da integralidade, o qual pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas assegurada por atuações intersetoriais, que repercutem na saúde e na qualidade de vida dos servidores, e considerando ainda que, regimentalmente não cabe à CCJ análise quanto ao mérito da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	19



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

3

proposição, no que concerne à competência desta Comissão, a proposta mostra-se admissível sob todos os aspectos, tendo em vista que a competência para legislar sobre o assunto cabe à Câmara Legislativa, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Relativamente à iniciativa, o inciso II do § 1º do art. 71 da LODF dispõem que compete privativamente ao Governador do Distrito Federal enviar a esta Casa projetos de lei que tratam de assuntos inerentes à matéria ora em análise.

Necessário ressaltar que o Substitutivo apresentado teve por finalidade aprimorar o texto e adequá-lo às normas constitucionais e legais vigentes.

Por todo o exposto, manifestamos voto pela ADMISSIBILIDADE do Projeto de Lei nº 1200/2009, na forma do Substitutivo e da subemenda modificativa apresentados.

Sala das Comissões, em de de 2009.


Deputado Rogério Ulysses
PRESIDENTE


Deputado Rogério Ulysses
RELATOR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.200, de 2009.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, faço uma carinhosa saudação a todos os servidores e servidoras que vieram aqui para que esta Casa aprovasse o que já está em discussão há algum tempo: o plano de saúde. Em verdade, ele já existe desde março de 2006, e consumiu dos cofres públicos mais de 5 milhões de reais nesses anos. Entretanto, ele de fato não existe para os servidores e servidoras do Distrito Federal.

No dia de hoje, estamos aqui para que cada servidor e cada servidora que aqui estão na busca do seu direito possam voltar para casa carregando esta vitória e a concretização de uma luta de mais de 3 anos. Esse plano chegou a esta Casa já com um processo de discussão estabelecido entre as entidades sindicais e o Governo, que aprimoraram e acertaram aspectos fundamentais, mas nesta Casa ele passou por um novo e profundo processo de discussão. Fizemos 2 reuniões técnicas e realizamos uma audiência pública, sempre com a participação da Central Única dos Trabalhadores – CUT e dos sindicatos representantes de servidores públicos. No processo de discussão nesta Casa, nós, sem dúvida nenhuma, elaboramos, aprimoramos e resgatamos a discussão que houve entre Governo e servidores, que em muitos aspectos não estava retratada na mensagem que chegou a esta Casa. Nós devolvemos o sentido da discussão que houve antes de o projeto adentrar a Câmara Legislativa. Chegou aqui um projeto que absolutamente não era claro acerca da contribuição do Governo, da forma de reajustamento e da forma de discussão do próprio regulamento do Fundo.

Nesse processo de discussão na Câmara Legislativa, conseguimos avançar em comum acordo com todos os partidos, sempre com a participação da CUT e dos sindicatos representantes de servidores públicos, e elaborar um substitutivo que ampara os servidores militares e que estabelece um plano por livre adesão na forma de pré-pagamento administrado. O plano possibilita a inclusão de uma série de autarquias e outros órgãos da Administração e assegura que os servidores que assim o quiserem, até o vencimento dos planos específicos nas suas empresas, possam aderir ao plano de saúde dos servidores. Estabelecemos — realço a importância disso — que a participação financeira do GDF será no mínimo de R\$ 62,00 (sessenta e dois



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

reais) para quem tem até 58 anos e de R\$ 162,00 (cento e sessenta e dois reais) para quem tem mais de 58 anos.

Quando o projeto chegou a esta Casa, o GDF não tinha estabelecido qual era a sua participação no plano, ficando ao bel-prazer da própria administração. Também estabelecemos qual é o critério de reajuste. Não nos cabe fazer um plano que hoje é palatável para o orçamento dos servidores e depois sofre reajuste que torna inviável a manutenção. O reajuste será o autorizado pela Agência Nacional de Saúde Complementar.

Estabelecemos ainda que a comissão que definirá o regulamento, que deverá estar pronto no máximo em 60 dias, será paritária, ou seja, metade será composta de representantes de servidores e metade de representantes do Poder Executivo. Assim, os servidores podem acompanhar a construção do regulamento do plano, que terá a contribuição do servidor. O plano existe em função do servidor público do Distrito Federal. Estabelecemos ainda que, na Comissão Especial de Licitação, haverá um representante dos servidores. Queremos analisar e acompanhar todos os passos de efetivação desse direito dos servidores conquistado com muita luta através do impulso do sonho. Queremos acompanhar a sua regulamentação e o seu exercício.

Sejam bem-vindos e bem-vindas vocês que vieram aqui. Quem aprendeu a lutar pela vida, quem aprendeu que as conquistas só vêm com luta, aqui está presente para conquistar e efetivar o direito de ter um plano de saúde complementar.

Parabéns a cada uma e a cada um de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu gostaria de registrar a presença de algumas pessoas que não estão na galeria, mas no auditório desta Casa. São os alunos da 6ª, 7ª e 8ª séries do Centro de Ensino Fundamental nº 11 do Gama. Eles estão acompanhados das Professoras Sandra, Maria Pereira, Maria do Rosário e do Professor Marcos. Também saudamos com alegria os alunos da 4ª série do Ensino Fundamental da Escola Classe nº 2 de Candangolândia. Estão acompanhados dos Professores Jair, Inês e Aurimar. Eu vou cumprimentar essas pessoas no auditório.

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores da Casa, imprensa, servidores do Governo do Distrito Federal, estudantes, comunidade presente, cumprimentamos a todos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Eu não vou me alongar no tema numa tarde em que temos tantos assuntos a tratar. Mas, em primeiro lugar, por dever de justiça, eu gostaria de dizer que há muito tempo, ainda na legislatura anterior, o Deputado Odilon Aires, do PMDB do Distrito Federal, que está aqui conosco, levantou nesta Casa a bandeira do plano de saúde do servidor. E, nesta administração, nomeado para o Instituto da Previdência, vem trabalhando diuturnamente para que isso se transforme em uma realidade. Há pessoas que se dedicam de tal forma a determinados temas que não podem ser esquecidos.

Na qualidade de Líder do Governo, quero registrar a minha satisfação, regozijo mesmo, de dizer que, em meus períodos de exercício parlamentar, nunca vi a união de todos os partidos, que trabalharam em cima da construção de um projeto, a partir da mensagem governamental, para aperfeiçoá-lo e aceitaram – o grupo e a Liderança do Governo – questões que seriam tratadas no regulamento que virá após a lei. E resolvemos, por unanimidade, fazer com que muitas das questões que iriam para o regulamento já constassem do próprio projeto de lei.

Então, este é um projeto suprapartidário. Este é um projeto da justiça, do servidor, da segurança que todo pai, toda mãe de família deseja realmente ter. Eu acho que, no momento de aprovação de um plano de saúde, não cabe a nenhum de nós levar, ou tentar levar glórias em relação a um projeto aqui aprovado, nem como sigla partidária. Mas é um momento de glória para os Parlamentares porque, se na semana passada, alguns tinham dúvidas – e lembro-me de que um grupo vinha aqui todos os dias clamando para que este momento da votação acontecesse, mas não votávamos por falta de *quorum*, já que o projeto está pronto há 15 dias –, a presença dos senhores e das senhoras, sem dúvida nenhuma, foi o reforço que precisávamos para que todos estivessem aqui cumprindo, como devemos cumprir sempre, o nosso dever.

Parabéns ao servidor público.

Quero dizer que sempre tivemos a maior colaboração do Governador Arruda no encaminhamento do processo. A mim coube discutir – como é dever de ofício de um Líder, seja ele de que governo for – as proposições feitas.

Deputado Cabo Patrício, que preside a sessão neste momento, o Sr. Governador nos autorizou a encampar as sugestões que saíssem apenas na regulamentação, mas que aqui colocássemos, e disponibilizou técnicos para ficarem conosco durante todo o tempo. Fizemos simulações de casos durante a discussão para verificar a viabilidade e a vantagem de estar neste plano ou em outro, em função de custos. Está aqui o assessor do Deputado Reguffe que participou inteiramente, esteve todos os dias conosco na reunião, e assessores de vários outros Deputados que viram e assistiram às simulações. Eu li uma notinha que dizia: “O dependente será custeado pelo dono do plano”. Na verdade, nas simulações, esse dependente sai praticamente sem custos, porque não é um plano individual, é a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

massa, e é a massa que faz com que o valor do plano venha para baixo e cada um possa levar os seus dependentes sem custo adicional.

Então, este realmente é um grande dia e eu me congratulo com os colegas.

O Deputado Aylton Gomes e a Deputada Jaqueline Roriz sugeriram que a palavra inativo fosse introduzida no texto para garantir a questão dos militares. Isso foi feito através de uma emenda aceita agora pelos relatores. Essa emenda foi apresentada para que não houvesse confusão entre aposentado e inativo. Eu sou aposentada e não gosto de ser chamada de inativa, mas o militar, mesmo que não goste, tem de ser chamado de inativo. Então, agora, as coisas se completaram e estamos todos de parabéns. Mas nós não precisamos desses parabéns; de parabéns estão os servidores do Distrito Federal. O Governo cumpre com o seu dever ao encaminhar o projeto a esta Casa, e nós cumprimos com o nosso dever de trabalhar e aprovar este projeto.

Sr. Presidente, muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PMN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, nossa querida imprensa, povo chique e maravilhoso que está na galeria aguardando este momento de glória, boa-tarde.

Como bombeiro, como servidor público, digo que este é um momento que realmente ficará marcado. A Deputada Eurides Brito foi muito feliz quando disse aqui que este momento não é dos Deputados, este momento é de vocês. E S.Exa. tem toda a razão e toda a clareza quando fala isso. O momento é do servidor, pois a saúde a que ele não tem acesso há muito tempo realmente anda uma calamidade. E, hoje, temos a chance de ter um plano. Falo como uma pessoa que participa e conduz o crescimento da nossa cidade, da nossa querida Brasília.

Então, eu venho a esta tribuna para parabenizá-los pela perseverança, pela insistência em lutarem por aquilo em que vocês acreditam. E a Casa do Povo, este Parlamento, esta Casa colegiada, que se reuniu e acatou um projeto que veio do Executivo, fez as melhoras devidas, porque esta é a função desta Casa – melhorar as matérias que aqui chegam. Fizemos um substitutivo. Fiquei muito feliz, pois, além de acatar esse substitutivo, esta Casa acatou uma emenda trabalhada com vários Parlamentares que concretiza a palavra inativo no texto original, porque para os militares, para os bombeiros e para os PMs, a palavra reformado é diferente da palavra inativo. Só isso veio completar, dar o desfecho final para que pudéssemos votar favoravelmente a esta matéria que vocês estão aguardando há muito tempo.

Parabéns, servidores. Que Deus abençoe cada um.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Esta Casa está dando demonstração de trabalho coletivo, de que a saúde não tem cor, de que a saúde não tem partido, de que todos os filhos de Deus têm direito à saúde. E vocês, que são filhos de Deus, merecem o carinho desta Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a atenção é plena porque este assunto é muito sério. Neste momento, estávamos falando com a imprensa a respeito deste assunto e de outros que esta Casa vem tratando.

Eu não poderia, Sr. Presidente, deixar de fazer esse debate. Queria tê-lo feito nas comissões, primeiro em respeito aos servidores públicos do Distrito Federal que se encontram na galeria lutando, justamente, pelo plano de saúde. Esses servidores, há alguns meses, estiveram aqui e saíram decepcionados com a votação que este Parlamento fez de um projeto que congelava os salários e os benefícios dos diversos servidores públicos do Distrito Federal. Espero que, agora, esta Casa comece a perceber os equívocos que cometeu ao aprovar aquele projeto de lei.

Sabemos também, Sr. Presidente, que a saúde pública do Distrito Federal anda de mal a pior. Está, literalmente, na UTI. A saúde pública de Brasília, hoje, é uma das piores áreas do atual Governo do Distrito Federal. Por isso que os servidores públicos, inclusive os da própria Saúde, pedem, há alguns anos, que a Câmara e o Poder Executivo aprovem um plano de saúde que atenda o próprio servidor da Saúde. Essas são as contradições que se colocam no âmbito do Distrito Federal.

Tenho consciência da importância desse benefício para os servidores, mas quero alertá-los para duas questões: a primeira, que o INAS – Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Distrito Federal, criado nesta Casa, ficaria responsável pela administração e gestão desse plano, como é feito aqui na Câmara Legislativa e em outros órgãos públicos, e a gestão, feita pelo próprio Poder Público, gerará, com certeza, uma economia para os cofres públicos, além de uma melhoria na qualidade dos serviços prestados aos associados.

Infelizmente, esse projeto que aí está privatiza a gestão do plano, entregando-o para empresas como a Amil e outras. E, na minha avaliação, essas empresas são campeãs de críticas e reclamações em vários estados e no Distrito Federal. Todos sabem que essas empresas privadas de saúde muitas vezes priorizam o econômico e o financeiro, em detrimento da saúde do servidor. Por isso, entendo – e a luta continuará – que a gestão desse plano deva ser feita pelo INAS, que é um órgão público e sem fins lucrativos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

A segunda questão, Sr. Presidente, é que os dependentes não estão sendo atendidos por esse plano. E não há nada mais importante para o servidor do que, além de ser bem atendido pelo seu plano de saúde, o seu filho ser atendido em um hospital de qualidade. Essa é outra luta que devemos continuar aqui.

A aprovação desse projeto de lei é apenas o primeiro passo. Devemos continuar lutando pela melhoria desse benefício.

Encerro as minhas palavras dizendo aos servidores para continuarem firmes na luta em defesa de benefícios, dos reajustes salariais, porque tenho certeza de que esta Casa, que ainda está com um peso na consciência, vai reparar aquilo que fez no passado.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	26



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 12/05/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2009

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1.200/09
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	22			2	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 05 2009	15h20min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, conforme foi acordado no começo desta sessão, eu gostaria que apreciássemos, em uma sessão extraordinária, essa proposição em segundo turno. Sugiro que encerremos esta sessão e convoquemos sessão extraordinária a fim de apreciarmos esse projeto em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a minha solicitação era a mesma da Deputada Erika Kokay. Havíamos combinado que encerraríamos esta sessão, até porque parte da plateia que veio para este projeto ficaria liberada para que continuássemos, na sessão extraordinária, apreciando outros projetos.

Muito obrigada.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha solicitação é que V.Exa. encerre esta sessão, convoque uma sessão extraordinária cujo primeiro item seja este projeto que acabamos de votar, que trata do plano de saúde dos servidores, e deixe a pauta em aberto, com itens desta sessão a serem inseridos como extrapauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação do Deputado Wilson Lima, que contempla as solicitações da Deputada Erika Kokay, Líder do Partido dos Trabalhadores, e da Deputada Eurides Brito, Líder do Governo.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h27min.)